

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL,
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II
PROCESSO N° 18473.000195/2011-58

TERMO ADITIVO N° 04 AO
CONTRATO SRRF07 N°
25/2011 PARA PRORROGAÇÃO
CONTRATUAL, QUE ENTRE
SI CELEBRAM A UNIÃO,
POR MEIO DA DELEGACIA
DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL NO RIO DE
JANEIRO II (DRF/RJ 2)
EA EMPRESA TRANSEGUR
VIGILÂNCIA E SEGURANÇA
LTD A QUE TRATA DOS
SERVIÇOS TERCEIRIZADOS
DE VIGILÂNCIA E
SEGURANÇA OSTENSIVA.

A União, através da DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II, CNPJ n° 00.394.4 60/0434-60, neste ato representada pela Sra. Elisane Rodovanski, Chefe do Serviço de Gestão Corporativa (Segec/DRF/RJ 2), no uso da atribuição que lhe confere o parágrafo I° do Art. 298 do Regimento Interno da SRFB, aprovado pela Portaria MF/GM n° 203 de 14/05/2012, publicada no DOU de 17/05/2012 e, em seqüência, denominada simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado a empresa TRANSEGUR VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA., CNPJ n° 31.376.361/0001-60, estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, na Av. Sampaio Viana, n° 375 - Rio Comprido - RJ - CEP 20261-040, neste ato representada pelo Sr. PAULO ROBERTO CURI, brasileiro, portador do RG n° 30124, expedido pela OAB/RJ, e CPF n° 334.653.987-34, daqui por diante, denominada simplesmente CONTRATADA, têm, entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento, elaborado de acordo com a minuta previamente examinada pela Procuradoria Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região, "ex vi" do disposto no parágrafo único, do Artigo 38, da Lei n° 8.666/93, e alterações posteriores, combinado com o Inciso IV do artigo 5° do Decreto n° 93.237 de 08/09/1986 e de conformidade com o disposto no Artigo 61 da Lei 8666/93, o Termo Aditivo n° 03/2015 ao CONTRATO SRRF07 N°25/2011 PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA PARA O PERÍODO DE 01 DE MAIO DE 2015 A 01 DE MAIO DE 2016, conforme previsão contida na Cláusula Sétima, constante no presente processo, observadas as disposições da Lei 8666/93 e suas alterações posteriores, as quais passam a fazer parte integrante deste Contrato e prevalecerão entre os contratantes em tudo quanto com ele se conformarem e não conflitarem com as prescrições legais, regulamentares e administrativas que regem a matéria.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência contratual, nas mesmas bases, para o período de 01 de maio de 2015 a 01 de maio de 2016.

T.A. 04/2015 CONTRATO SRRF07 N° 25/2011



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II

PROCESSO N° 18473.000195/2011-58

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

Fica prorrogado o prazo de vigência contratual para o período de 01 de maio de 2015 a 01 de maio de 2016, em conformidade com a Cláusula Sétima do contrato original.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA QUANTIDADE DOS POSTOS CONTRATADOS

Os serviços de vigilância e segurança serão prestados nos seguintes locais e quantitativos:

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II	12 x 36 diurno de segunda-feira a domingo Armado	12 x 36 noturno de segunda-feira a domingo Armado	44 horas semanais de segunda a sexta-feira Desarmado
CAC Barra da Tijuca Av. Ayrton Senna, 2001 - Barra da Tijuca	-	-	02
Centro de Atendimento ao Contribuinte Campo Grande Rua Campo Grande, 1110 - Rio de Janeiro - RJ	-	-	02
Centro de Atendimento ao Contribuinte Méier Rua Dias da Cruz, 457 - Rio de Janeiro -LRJ	-	-	02
Centro de Atendimento ao Contribuinte ¹ Madureira Praça Armando Cruz, 66 - Rio de Janeiro -RJ	-	-	02
DRE/RJ2 - Península av. João Cabral de Mello Neto, n° 400, 4° ;Andar, salas 401 a 404 - Barra da Tijuca	-	-	01

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes dos serviços, objeto deste contrato correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, a cargo da Secretaria da Receita Federal do Brasil, UG 170383, Fonte 0001 (Tesouro), Natureza de Despesa 339037, Subitem 03, Plano Interno VIGILÂNCIA, PTRES 063229, Plano de Trabalho 04122077022720001 - GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA.

PARÁGRAFO-ÚNICO

Serão emitidas Notas de Empenho, através da dotação orçamentária constante da cláusula anterior, para pagamento das faturas no exercício de 2015, conforme Termo de Apostilamento n°01 exercício de 2015, à fl. 754. Serão emitidas e consignadas através de apostilamento as Notas de Empenho para atender a despesa relativa à parte a ser executada em

T.A. 04/2015 CONTRATO SRRF07 N° 25/2011

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II
PROCESSO N° 18473.000195/2011-58

exercício futuro.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

A Cláusula Quarta do Contrato que trata DO PREÇO passará a vigorar nos seguintes termos: "A Contratante (DRF/RJ 2) pagará ao Contratado (TRANSEGUR VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.), pelos serviços efetivamente prestados, o valor mensal de R\$ 32.931,54 (trinta e dois mil, novecentos e trinta e um reais e cinquenta e quatro) e global de R\$ 395.178,48 (trezentos e noventa e cinco mil, cento e setenta e oito reais e quarenta e oito centavos), distribuídos da seguinte forma":

POSTO	QUANTIDADE	VALOR UNIT. MENSAL	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR GLOBAL
12 X 36 DIURNO	-	-	-	-
12 X 36 NOTURNO	-	-	-	-
44 HORAS SEMANAIS	09	R\$3.659,06	R\$32.931,54	R\$395.178,48
TOTAL	-	-	-	R\$395.178,48

CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA

Conforme estabelecido na Cláusula Nona do Contrato em questão, deverá ser prestada garantia, em até 10 (dez) dias úteis contados da assinatura deste Termo Aditivo de Prorrogação, no valor de R\$19.758,92 (dezenove mil, setecentos e cinquenta e oito reais e noventa e dois), referente a 5% do valor global do contrato. Esta garantia, em observância ao artigo 19, XIX c/c artigo 19 A, IV, ambos da IN SLTI 2/2008, deverá ter vigência até 01/08/2016.

PARÁGRAFO-ÚNICO

A garantia contratual somente será liberada ante a comprovação de que a contratada pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrente da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para pagamento dessas verbas rescisórias diretamente pela Administração, conforme estabelecido no art. 19-A, inciso IV, da IN SLTI n° 2/2008.


CLAUSULA SÉTIMA - DA RATIFICAÇÃO DO CONTRATO

Com as alterações constantes das Cláusulas anteriores deste Termo Aditivo, ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato SRRF 07 n° 25/2011.

CLAUSULA OITAVA - DA VALIDADE E EFICÁCIA

O presente Termo Aditivo só terá validade e eficácia depois de aprovado pelo Sr. Delegado da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro II (DRF/RJ 2) em conformidade com o disposto no artigo 314, inciso II, do Regimento Interno, Portaria MF n° 203 de 14/05/2012, publicada no DOU de 17/05/2012.

T.A. 04/2015 CONTRATO SRRF07 N° 25/2011



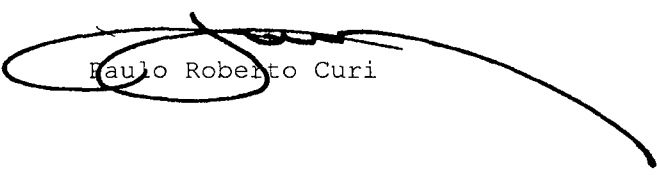
MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II
PROCESSO N° 18473.000195/2011-58

CLAÚSULA NONA - DO FORO

Fica eleito o foro da Seção Judiciária Federal do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento contratual, renunciando as partes qualquer outro, por mais privilegiado que seja.


E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, cujo extrato fica registrado no Livro de Contratos da CONTRATANTE, de acordo com o art. 60 da Lei n° 8.666/93, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes abaixo nomeadas.

Rio de Janeiro, 14 de Abril de 2015.


Paulo Roberto Curi


Elisane Rodovanski
Chefe Segec/DRF/RJ2

TESTEMUNHAS:

1ª 
1ª _____

Nome: Cristiano Chaves Rocha
CPF: CRC/RJ 109407/O-9
RG: CPF: 084.563.207-81

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:
RG: